

PUCviva

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**

**Cálculos da APROPUC
explicam perdas dos
professores**

*

**Cecom vai a
fundo nos problemas
da PUC**

ATRASOS SALARIAIS

Pela proposta da Reitoria, professores vão pagar a "diferença"

Parece incrível, mas é verdade. A Reitoria apresentou uma proposta de pagamento das perdas relativas a atrasos salariais que tem como base a média aritmética de três índices inflacionários (ICV-Dieese, IPC-Fipe e INPC-IBGE). A APROPUC calculou os valores e constatou que, por esta proposta, reposição de perdas seria apenas de 2,45% de um salário docente, que seriam pagos em 12 vezes a partir de janeiro de 2007.

A gestão anterior já havia pago aos professores 7,47% de um salário para quitar um período de apenas nove meses. Como a proposta da atual gestão (que cobre um período de 23 meses) é ainda menor, isso só pode significar que os docentes ainda "devem" cerca de 5,02% de seus salários.

Os números da Reitoria estão bem distantes dos juros referentes ao cheque especial do Bradesco (36,54%) e do Banco Real (36,87%) e mesmo da taxa Selic do período (6,61%) (veja texto explicativo nesta edição).

Com base nos cálculos apresentados, a assembleia dos professores de 16/5 encaminhou uma nova proposta, que prevê reposição de 1% acrescida ao salário de

março de 2006 até fevereiro de 2007, somando-se à reposição salarial da data-base de março de 2006. Em março de 2007 esse valor seria acrescido de mais 1%, pagos entre março de 2007 e fevereiro de 2008. Em março de 2008 o valor de 2% seria acrescido ao salário como aumento real para a categoria.

A APROPUC encaminhou a proposta à Reitoria, solicitando uma reunião nesta semana. Uma nova assembleia será marcada no início de junho.

Comissão

A assembleia confirmou os nomes dos professores que vão compor a Comissão de Acompanhamento e Estudo sobre a Crise da PUC. Os professores consultados e que manifestaram seu consentimento foram: Olda Morbin (Serviço Social), Tereza Maria Sério (Psicologia), Berenice Pompilho (Letras), José Arbex (Jornalismo) e Priscilla Cornalbas, pela APROPUC. A comissão reúne-se na próxima segunda-feira, 23/5, às 17h, na sede da APROPUC.

A contraproposta dos professores

1) A categoria de professores não aceita atraso nos pagamentos dos salários, bem como não negocia parcelamento de salários, visto ser este um direito inalienável dos trabalhadores. O cronograma, apresentado pela Reitoria, de parcelamento do pagamento dos salários e do 13.º salário/2004 é uma manifestação de sua posição em regularizar os pagamentos dos salários apenas em novembro de 2005.

2) A assembleia rejeitou a proposta, apresentada pela Reitoria, de reposição das perdas decorrentes dos atrasos salariais desde junho de 2003, por considerar que a média aritmética calculada por esta proposta (2,45%) é MENOR que o valor que já foi pago por um período de

atraso de apenas nove meses. Como resultado final os professores teriam pagar a Universidade no lugar de ver suas perdas repostas.

A partir desta avaliação, a Assembleia deliberou encaminhar para a Reitoria a seguinte contraproposta:

1) Reposição de 1% acrescido ao salário, a partir de março de 2006 até fevereiro de 2007, somado-se à reposição salarial da data-base de março de 2006.

2) Reposição de 1% acrescido ao salário, a partir de março de 2007 até fevereiro de 2008, somando-se à reposição salarial da data-base de 2007.

3) Em março de 2008 o valor de 2% acrescido ao salário será considerado como aumento real para a categoria.

A sinalização dos marchantes

Mais de 12 mil militantes do MST, de todas as regiões do País, percorreram a pé a distância de 233 quilômetros, entre Goiânia e Brasília, durante 17 dias, para entregarem ao presidente Lula um documento com 16 pontos, alguns relativos diretamente à reforma agrária e apoio aos assentamentos; outros com pedidos de mudança na política econômica e em defesa do desenvolvimento e da soberania nacional.

No dia 17 de maio, enquanto marchavam pelas avenidas e ruas da capital do País, realizavam seus protestos na Embaixada dos Estados Unidos e no Ministério da Fazenda, os sem-terra aguardavam os resultados das negociações que foram iniciadas dias antes nos vários ministérios e com o próprio gabinete da Presidência da República.

A marcha representou um grande esforço para o MST, na medida em que precisou concentrar em Goiânia um enorme contingente de militantes e garantir toda a infraestrutura para o deslocamento – alojamento, alimentação, água, atendimento médico etc – sem a ocorrência de acidentes e, principalmente, sem provocar desânimo e desagregação durante a dura jornada.

Certamente o movimento testou a disposição de luta da militância, verificou o nível de organização, mediu o grau de disciplina – obviamente para saber até que ponto o cidadão engajado na luta pela reforma agrária está disposto ao sacrifício pessoal por uma causa coletiva.

A marcha contribuiu também para aprofundar o estudo dos textos revolucionários, aumentar o nível de consciência e fortalecer o conhecimento e a solidariedade entre militantes; a organização por estados, brigadas e núcleos possibilitou testar o trabalho em equipes e a eficiência no desempenho coletivo das tarefas. A comunicação com rádio de baixa potência deu informação uniforme e unidade para todos os marchantes.

A base do MST é majoritariamente simpatizante do PT e do presidente Lula. É gente que chegou a militar ou a apoiar os candidatos do partido por todo o Brasil. É gente que ajudou a eleger o Lula. É gente que ainda guarda alguma esperança – cada vez mais escassa – de que o governo Lula seja capaz de cumprir as promessas da campanha eleitoral e atender as demandas populares.

A marcha sobre Brasília e as negociações realizadas com o governo proporcionaram às bases do MST verificar *in loco* quais são as verdadeiras intenções e os verdadeiros compromissos do governo. As respostas concretas do governo é que vão decidir se essa militância manterá ou não sua crença no governo Lula e no PT.

A marcha do MST contribuiu ainda para mostrar aos trabalhadores em geral, aos sindicalistas de todos os matizes (em especial aos outrora combativos dirigentes da CUT), que as demandas dos assalariados somente se transformam em conquistas com mobilização e luta, com o povo nas ruas, com muita pressão direta sobre quem detém algum poder para fazer as mudanças necessárias.

O MST mostrou o caminho, deu lição de cidadania, reacendeu a esperança – a esperança de um Brasil em movimento, com projeto próprio, com rumo e direção.

Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.

Cecom analisa Plano de Gestão da Reitoria

Na terça-feira, 17/5, o Conselho Comunitário (Cecom) reuniu-se para analisar os aspectos comunitários do Plano de Gestão da Reitoria. Na reunião, vieram à tona diversas questões sobre a trajetória da PUC, a dinâmica dos conselhos e a importância da comunicação na universidade.

O professor Marino Sehnem lembrou que a PUC, nos seus primeiros 20 anos, tinha cerca de 1.500 alunos, era mais próxima da Igreja, e uma instituição restrita à elite. Depois desse período, explicou o conselheiro, a universidade cresceu, tornou-se espaço de contestação da ditadura, mas por outro lado, passou a ter problemas administrativos, que perduram até hoje. “Está claro que a Reitoria está enfrentando o problema financeiro da universidade, mas precisamos cuidar para que este não seja o único objetivo”, alertou. Marino lembrou também o papel das associações de professores e funcionários: “APROPUC e AFA-PUC têm conquistado o reajuste salarial pelo índice do Dieese por conta da militância política. A PUC deixou de perder muitos professores porque o salário sempre foi reajustado”.

Tratando do aspecto comunitário da universidade, o professor sugeriu que a PUC prestasse mais serviços, promovendo cursos de computação e alfabetização para profissionais de baixa renda do bairro. “Eu gostaria de ver a PUC aberta de domingo a domingo às pes-

soas”, disse. O conselheiro também falou da dinâmica das reuniões e conselhos, defendendo que devam ser mais objetivos. “Os conselhos devem discutir temas importantes, como o ProUni, a Reforma Universitária e o Plano de Gestão. Os informes poderiam ser passados por boletins eletrônicos”.

Já a funcionária Maria Aparecida Souza chamou a atenção para a importância de se divulgar os projetos existentes na universidade. “Não adianta fazer tantos projetos se as pessoas não tomam conhecimento”, comentou. A funcionária sugeriu que sejam criados *sites* específicos para setores que dizem respeito aos alunos, como o de bolsas, para reduzir a falta de informação.

Aposentadoria X demissão

O funcionário João Carlos Pires propôs que o objetivo contido no Plano de Gestão de “criar um Fundo de Pensão que permita a aposentadoria dos professores da PUC-SP” seja estendido aos funcionários, e fez uma ressalva: “para professores, propõe-se criar fundo de pensão; para funcionários, o que vem é ameaça de demissão. É preciso pensar os professores e funcionários como um grupo de trabalhadores”.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Sobre as perdas salariais dos professores

Os pagamentos dos professores têm sofrido atraso desde junho de 2003.

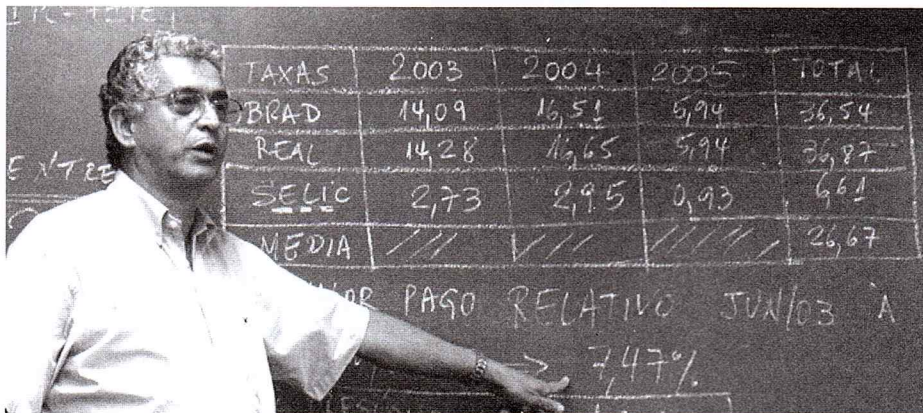
A diretoria da APROPUC tem pautado e discutido este problema nas várias assembléias realizadas desde o ano de 2003. Os professores deliberaram na assembléia realizada em 25/09/2003 que as correções fossem calculadas com base nas taxas de juros do cheque especial dos bancos Bradesco e Real, onde os salários são creditados.

Os cálculos efetuados segundo esta deliberação apontaram, à época, perdas nos montantes de 15,51%, 15,73%, respectivamente, com base nas taxas do Bradesco e Real, além do valor de 2,96% com base na taxa Selic, segundo proposta da Reitoria.

A Reitoria anterior encaminhou à APROPUC, em 18/03/04, o ofício R.160/2004, propondo o pagamento do índice de 7,47% do salário vigente em dezembro de 2003 em duas parcelas, relativo aos atrasos dos pagamentos de maio/2003 a janeiro/2004. Apesar de a proposta ter sido recusada pela categoria, foi assumida e consolidada pela Reitoria com o pagamento em duas parcelas: 50% em 24/05/04 e 50% em 27/09/04. É importante destacar que o valor pago corresponde a 65,5% da média aritmética dos valores acumulados pelas taxas de juros do cheque especial dos bancos citados e da taxa Selic. Esta porcentagem costuma ser adotada como indicativo para acordo quando efetuado nas primeiras instâncias trabalhistas.

A atual Reitoria, no ofício R. 291/05 encaminhado à APROPUC em 05/05/05, propôs o pagamento das perdas salariais com as correções efetuadas pela média aritmética dos seguintes indicadores econômicos: ICV-DIEESE, IPC-FIPE e IPCA-IBGE.

A seguir, apresentamos as tabelas indicando os cálculos segundo a proposta da Reitoria e a deliberação da assembléia dos professores, para o período de junho de 2003 até abril de 2005.



Professor Luiz Carlos de Campos explica as perdas salariais dos professores

ALICIA PERES

Tabela 1. Cálculos das perdas segundo a proposta da Reitoria

Indicadores econômicos	2003	2004	2005	Total
ICV-DIEESE	0,74	1,39	0,61	2,74
IPC-FIPE	0,73	1,05	0,43	2,21
IPCA-IBGE	0,67	1,22	0,50	2,39
MÉDIA	0,71	1,22	0,51	2,45

Tabela 2. Cálculos das perdas segundo a deliberação dos professores

Taxas do cheque especial	2003	2004	2005	Total
Bradesco	14,09	16,51	5,94	36,54
Real	14,28	16,65	5,94	36,87
SELIC	2,73	2,95	0,93	6,61
MÉDIA	10,34	12,04	4,27	26,67

Fica evidente que a média aritmética calculada pela proposta da Reitoria atual (2,45%) é menor que o valor que já foi pago por um período de atraso de apenas nove meses. Foi por este motivo que a assembléia dos docentes optou por outra proposta (apresentada na primeira página), que tenta recompor uma parte das perdas dos docentes da PUC-SP nestes dois anos.

FUNCIONÁRIOS

Reitoria garante mesmo tratamento para Sorocaba

O vice-reitor administrativo, professor Flavio Saraiva, informou à AFAPUC de Sorocaba que garantirá aos trabalhadores daquele câmpus o mesmo tratamento dispensado aos funcionários de São Paulo.

A informação foi determinada pelo pedido feito pelos funcioná-

rios de Sorocaba, na semana anterior, de que os resultados do dissídio da categoria fossem estendidos à Sorocaba, uma vez que a sentença não incluía os funcionários daquele câmpus.

Porém, a Reitoria deve recorrer do resultado proclamado pela juíza

Wilma Nogueira no dia 5/5, cujo acórdão já foi publicado na semana passada na Internet. Caso isso aconteça, a AFAPUC entrará com ação de cumprimento da sentença, o que pode inclusive acarretar no bloqueio on-line das contas da PUC.

Resposta da vice-reitoria acadêmica (gestão 2000/2004)

Como é de conhecimento da comunidade universitária, nos últimos quatro anos a equipe da então Vice-Reitoria Acadêmica – Vrac – trabalhou no aperfeiçoamento e informatização dos registros acadêmicos e na adequação dos contratos de trabalho docente à Deliberação 65/78, em face da realidade dos cursos de nossa universidade.

Esse processo de readequação contratual pautou-se na concepção de respeito às decisões coletivas, formalizadas por meio das normas institucionais definidas pelos órgãos colegiados existentes na PUC-SP, e na compreensão de que o estabelecimento de critérios gerais representa o reconhecimento de que todo o corpo docente merece tratamento equânime, em igualdade de condições, uma vez que pertence a uma e mesma universidade.

O trabalho desenvolvido fundamentou-se em análise técnico-jurídica, muitas vezes inclusive sustentada em posições expressas pelo Poder Judiciário, e considerou também as flexibilizações que, conjuntamente, foram feitas no passado para algumas situações específicas, todas informadas aos diretores. As situações consideradas excepcionais foram objeto de discussões das quais participaram, via de regra, além da direção da faculdade, os próprios professores envolvidos e as chefias dos departamentos.

Entre essas situações, mereceu destaque especial a discrepância de alguns contratos do Departamento de Jornalismo em relação aos parâmetros normativos, aos demais departamentos da Faculdade de Comunicação e Filosofia – Comfil, bem como ao conjunto da universidade, o que impôs a necessidade de encaminhamentos no sentido da readequação daquelas situações contratuais.

Quem deve ser ensinado?

Cabe esclarecer que a adequação

de horas contratuais do professor Jorge Rafael Juvenal B. Renard ao trabalho efetivamente realizado (já que não se tratava de redução de contrato, muito menos arbitrária), foi discutida exaustivamente com a Chefia do Departamento, que não concordou e iniciou uma campanha difamatória contra a assessoria da Vrac via e-mails, atribuindo-nos responsabilidade pelo estado de saúde do professor Jorge Rafael; notícias inverídicas e injuriosas foram publicadas no Jornal *PUC viva*, imediatamente respondidas e refutadas pela Vrac. Acrescente-se, por oportuno, que a Vrac prosseguiu em seu trabalho de esclarecimento e de adequações dos contratos, nas situações em que isto se fez necessário, em discussões amplas com coordenadores, chefes de departamento e diretores de faculdades, em seu propósito de garantir o máximo de transparência e ancoragem nas normas vigentes e nas decisões coletivas. As professoras que respondiam pela Vrac (e que subscrevem esta carta) não “teimaram na aplicação arbitrária e injusta da Deliberação 65/78”. Ao contrário, suas ações foram pautadas pela busca de tratamento igualitário aos professores diante das normas insti-

tucionais existentes, respeitadas as especificidades do projeto pedagógico de cada curso, apesar da reação corporativista de alguns. Nesse contexto, algumas perguntas se impõem e precisam ser respondidas: se é o departamento (e é) o órgão que conhece a real situação funcional e acadêmica do professor, o que justifica que a sua chefia tenha proposto e insistido na manutenção de um contrato de trabalho para um grupo de professores, em desacordo com as normas vigentes e, principalmente, desigual e injusto em relação aos demais professores do próprio Departamento, da Faculdade e da universidade? Por que o desrespeito a colegas de trabalho, também professoras da universidade que, naquele momento, ocupavam cargos de gestão na reitoria? Quem deve pagar por erros cometidos pelos Chefes de Departamento enquanto gestores? Quem deve pagar por atos de difamação e calúnia contra professores no exercício da gestão universitária?

Profas. Raquel Raichelis Degenszajn, Isaura Isoldi de Mello, Maria de Lourdes Bara Zanotto, Maria Luiza Guedes, Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni - Equipe VRAC Gestão 2000-2004.

Posição do Departamento de Jornalismo

O Departamento de Jornalismo tem atuado de forma democrática e coletiva há quatro anos. Tem defendido os direitos dos professores diante de medidas unilaterais que não levam em conta o projeto pedagógico, a especificidade e a preservação da qualidade do curso de Jornalismo. O Departamento jamais defendeu privilégios ou adotou postura corporativista; inclusive aprovou a abertura de sindicância para apurar irregularidade de um de seus membros. O Departamento tem defendido que os gestores da universidade assumam a responsabilidade de seus atos, mesmo porque a crise financeira da PUC-SP tem uma história vinculada à sua administração. Toda a comuni-

dade sabe como foi a atuação da equipe da Vrac na gestão anterior; a universidade está pagando até hoje – na Justiça, com multa, juros e correção monetária – pela “readequação contratual” realizada unilateralmente. Muitos professores – dos vários cursos – foram desrespeitados e tratados injustamente. A Chefia do Departamento entende que apresentar a crítica e defender publicamente os direitos dos professores não é caluniar ou injuriar quem quer que seja; é fazer o debate leal e franco, é mostrar que é possível administrar de outro modo.

Hamilton Octavio de Souza - Chefe do Departamento de Jornalismo

Direitos Humanos em destaque na PUC

Exposições, debates e manifestos relacionados à questão dos Direitos Humanos movimentaram a semana na universidade. A APROPUC e a AFAPUC, que sempre tiveram como princípio a defesa desses direitos, publicam nesta página as mobilizações e os documentos recebidos.

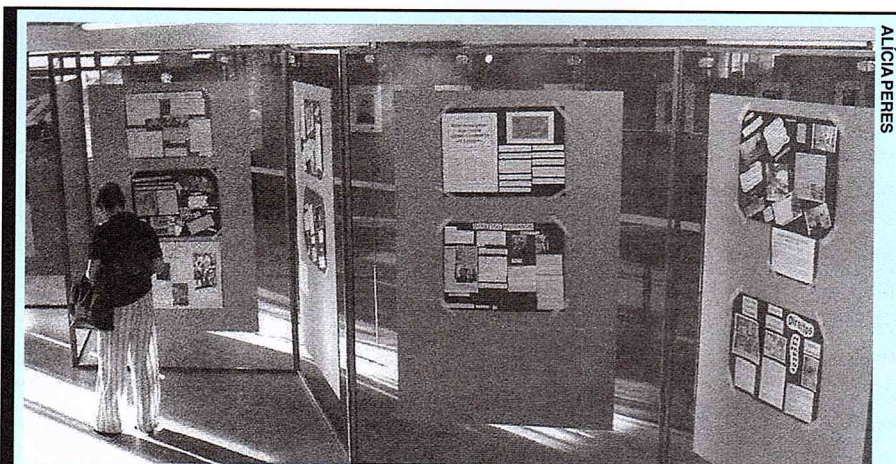
A APROPUC recebeu na semana passada o relatório que deve embasar a criação do *Centro de referência sobre a repressão política no Brasil (1964-1985)*. O documento foi elaborado por um grupo de Trabalho formado por pesquisadores acadêmicos, representantes de entidades defensoras dos Direitos Humanos e membros do governo federal.

A criação do Centro está prevista para 29 de agosto, Dia da Anistia. Tendo como base o direito à informação, presente na Constituição de 1988, o órgão teria a função de estimular a pesquisa sobre o período da ditadura militar, catalogando fontes de consulta e organizando exposições, seminários e concursos de monografia.

Abertura dos arquivos

A versão preliminar da Portaria que institui o Centro inclui a função de defender a abertura dos arquivos militares à consulta pública. Esse item ainda pode gerar polêmica, já que a medida tem de ser assinada por sete ministérios – entre eles, o da Defesa, comandado pelo vice-presidente José Alencar, e o da Casa Civil, de José Dirceu. Ambos trabalharam para abafar a polêmica em torno dos arquivos da ditadura, no fim do ano passado.

A intenção da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – chefiada pelo ministro Nilmário Miranda – é de que o órgão seja integrado de forma paritária por governo, centros de documentação públicos e privados, entidades de defesa dos Direitos Humanos, representantes da comunidade acadêmico-científica e especialistas no tema.



ALICIA PERES

Exposição aborda violações dos Direitos Humanos

Na semana passada, estiveram expostos no térreo do Prédio Novo painéis sobre a violação dos Direitos Humanos. Os temas abordados foram a violência, o racismo, trabalho escravo, as ocupações urbanas e os direitos das crianças. Os trabalhos foram desenvolvidos por alunos do primeiro ano do Curso de Direito da PUC, sob orientação da professora Sílvia Pimentel.

Entidades voltam a exigir abertura nos arquivos militares

Em outro documento enviado à APROPUC nos últimos dias, organizações que lutam pelos Direitos Humanos reafirmam a necessidade de tornar públicos os arquivos militares, especialmente os da ditadura 1964-1985.

“Os Grupos de Tortura Nunca Mais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia, o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e os cidadãos que lutam pelo respeito aos Direitos Humanos, chocados diante das descrições de torturas e violações desumanas, feitas com detalhes por antigos recrutas do Exército, que atuaram na repressão ao movimento de resistência no Araguaia nos anos 70, publicadas na *Folha de S. Paulo* de 1/5, vêm a público informar que:

– A tortura é crime de lesa-humanidade – portanto, imprescritível e inafiançável.

– A matéria prova que a ditadura

militar brasileira de 1964 a 1985 praticou as piores crueldades e perversidades usando a tortura como método e sistema de sustentação política.

– Essa é mais uma das razões para que abram os arquivos militares, total e imediatamente, para que tenhamos direito à verdade dos fatos sobre a história do Brasil e que os familiares dos torturados, mortos e desaparecidos, vítimas dos criminosos que agiam em nome do estado, possam cobrar dignidade e Justiça.

– Essas provas publicadas pelo jornal devem ser encaminhadas inclusive aos tribunais internacionais de Direitos Humanos, já que os torturadores continuam impunes.

– Não se pode comparar a heróica ação militar brasileira na Europa contra o nazi-fascismo, durante a Segunda Guerra Mundial, com a abominável repressão militar brasileira no Araguaia ou em qualquer outra parte do Brasil”.

Estudantes organizam novo ato

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais, junto com as entidades de professores e funcionários estão organizando, para as próximas semanas,

um novo ato pela abertura dos arquivos militares. No dia 28/4, dois eventos reuniram a comunidade para discutir o tema.

Rola na rampa

Direito da PUC aprova mais na OAB

Pela primeira vez, a Faculdade de Direito da PUC-SP foi a que mais aprovou candidatos no exame da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil). Do total de 438 candidatos puquianos, foram aprovados 379 (86,53%). A USP ficou em segundo lugar, com 85,96% de aprovação. O exame, em sua 125.ª edição, foi aplicado em janeiro, mas os resultados só foram divulgados na semana passada. O percentual dos primeiros colocados destoa bastante do geral: de 27.724 inscritos, houve 5.727 aprovações (20,65%). Procurado pelo *PUCviva*, o diretor da Faculdade de Direito, professor Dirceu de Mello, atribuiu o resultado "à qualidade dos professores, alunos e funcionários da universidade". Segundo o professor, o Direito da PUC sempre esteve entre as melhores faculdades do país. Estar em primeiro no exame da OAB, contudo, é um feito notável, já que a USP tem a vantagem de ser gratuita, automaticamente atraindo aqueles que são, teoricamente, os estudantes mais capacitados. Dirceu também ressaltou que "o Direito da PUC não tem corpo, mas tem alma. Nossas condições materiais deixam muito a desejar, mas aqui temos docentes, funcionários e estudantes qualificados. É um mérito do conjunto", concluiu.

Mosquito da dengue assombra Comfil

Mais uma vez, a secretaria da Faculdade de Comunicação e Filosofia foi dedetizada contra a presença do mosquito da dengue, constatada por funcionários e confirmada pelo Ambulatório Médico. Outros insetos suspeitos já foram avistados na sede da AFA-PUC e nos arredores da portaria da Cardoso de Almeida. O dr. Valtécio Alencar, do Ambulatório, visitou a associação na terça-feira, 17/5, mas não constatou focos de reprodução do mosquito. Dr. Valtécio alertou para que a comunidade tente aprisionar qualquer inseto suspeito, encaminhando-o ao ambulatório para análise.

Pratique capoeira na PUC

O Centro Cultural Arte e Luta N'Golo oferece aulas de capoeira, maculelê, puxada de rede e samba de roda todos os dias da semana, em diversos horários, nas salas do 5.º andar do Prédio Novo. Os interessados podem participar de uma aula demonstrativa gratuitamente. Outras informações podem ser obtidas com o professor Wellington (9886-7481) ou com o funcionário Maykel Araújo (9101-1621).

Marcha pela Reforma Agrária chega a Brasília

Cerca de 12 mil manifestantes participaram do encerramento da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, na terça-feira, 17/5, em Brasília. O ato preencheu o gramado da Esplanada dos Ministérios, marcando o fim de 17 dias e 200 km de caminhada. O presidente Lula e uma comissão de ministros receberam 50 representantes do MST para debater as reivindicações da Marcha. Ao longo do percurso, inúmeras audiências com ministros já haviam sido realizadas. Entre as promessas do governo, está o assentamento de 400 mil famílias até 2006. Para Jaime Amorim, da direção nacional do MST, a Marcha cumpriu seus três objetivos principais: trazer a Reforma Agrária ao centro dos debates nacionais, contestar o modelo econômico atual e reafirmar a luta coletiva como alternativa para mudanças.

Eleições acadêmicas movimentam universidade

O prazo para inscrição de candidatos nas eleições acadêmicas da PUC encerrou-se na sexta-feira, 20/5. As votações acontecem entre 13 e 17/6. Serão escolhidos novos representantes nos conselhos superiores (Consun, Cepe, CAF e Cecom), além de diretores de faculdades e centros, chefias de departamento e coordenadores de cursos da graduação e programas de pós. A disputa entre duas chapas para a direção da Faculdade de Ciências Sociais vem desde cedo gerando intenso debate: o CACS agendou para esta segunda-feira, 23/5, duas sabatinas com Rogério Arantes e Mônica de Carvalho, às 12 e às 18h. Na terça, é a vez dos professores Antônio Rago Filho e Douglas Santos, nos mesmos horários. Ambos os debates acontecem no Museu da Cultura.

Nu-Sol promove conversas sobre tolerância

Após o recente lançamento do sétimo número da revista *Verve*, em evento que contou com um debate sobre Maio de 1968, o Núcleo de Sociabilidade Libertária do Pós em Ciências Sociais (Nu-Sol) promove as *Conversações sobre tolerância e algumas considerações intempestivas*. O encontro ocorre nos dias 31/5 e 1.º /6, das 14 às 19h no Tucarena. Com a participação de acadêmicos de diversas uni-

versidades e artistas como Celso Frateschi (ex-secretário de cultura da cidade de São Paulo), o evento trará mesas de debate sobre política, liberdade e tolerância, além de intervenções da artista Lia Chaia, e o lançamento do livro *A tolerância e o intempestivo*, organizado por Edson Pasetti e Salete Oliveira. As inscrições são gratuitas, no site www.nu-sol.org. Informações: 3670-8517.